



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO N.º

06/2026

PROPOSTA N.º 007/2026/DEAAC/GAC

Realizada em

18/03/2026

DELIBERAÇÃO N.º

124/2026

ASSUNTO:

Adesão do Município de Setúbal ao Green City Accord (GCA)

O Green City Accord (GCA), ou Acordo das Cidades Verdes, é uma rede de cidades europeias alinhadas no compromisso de se tornarem mais verdes, limpas e com mais qualidade de vida para os seus habitantes. Através desta rede, as cidades aderentes têm acesso a um conjunto de diretrizes que as capacitam para enfrentarem os desafios ambientais, implementarem o Pacto Ecológico Europeu e a legislação ambiental da União Europeia e concretizarem os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Como signatárias do GCA, as cidades terão acesso a:

- Comunicação direta com as cidades que partilham os mesmos objetivos e impulsionam a transição para uma Europa mais limpa e saudável;
- Reconhecimento em toda a Europa pelas suas boas práticas e desempenho ambiental;
- Aumento da transparência, responsabilidade e credibilidade junto da comunidade local;
- Acesso a informação sobre as oportunidades de financiamento da UE;
- Incremento das possibilidades de premiação com o título de Capital Verde Europeia;
- Participar em eventos, intercâmbios de boas práticas e oportunidades de formação;

O Acordo das Cidades Verdes complementa o Pacto de Autarcas para o Clima e a Energia e com adesão as cidades comprometem-se a tomar medidas em cinco áreas prioritárias para alcançar as metas acordadas até 2030 e incrementar a implementação do Pacto Ecológico Europeu.

Como parte deste compromisso, espera-se que as cidades signatárias reportem o seu progresso a cada três anos, utilizando um conjunto definido de indicadores obrigatórios para cada área prioritárias: Qualidade do Ar; Natureza e Biodiversidade; Resíduos e Economia Circular; Água e Ruído. Atualmente 125 cidades de 22 países europeus são signatárias do Acordo das Cidades Verdes, das quais 31 são cidades portuguesas.

Pelo acima exposto, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a aprovação da adesão ao "Green City Accord" pela Câmara Municipal de Setúbal, conforme anexo integrante desta proposta.

Mais se propõe que a parte da ata respeitante a esta deliberação seja aprovada em minuta para efeitos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A TÉCNICA

A CHEFE DE GABINETE

Ana Luísa Vieira

O DIRECTOR DO DEPARTAMENTO

REGIOA, G197A}

O PROPONENTE

03 - 02

APROVADA / REJEITADA por :

Votos Contra:

Abstenções:

11

Votos a Favor.

Aprovada em minuta, para efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 57 da lei 75 13, de 12 de setembro

O RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA ATA

[Handwritten signature]

A PRESIDENTE DA CÂMARA

M. Dora Feiz

Acordo da Cidade Verde

Cidades limpas e saudáveis para a Europa

Nós, Autarcas e Líderes dos Governos Locais que assinamos o Acordo da Cidade Verde, partilhamos a visão de um futuro onde, até 2030, os nossos cidadãos respirem ar puro, usufruam de água potável, tenham acesso a parques e zonas verdes e menos ruído ambiental.

Queremos que as pessoas vejam a sua cidade como um local atrativo para viver, trabalhar e investir. Um local que apoie a sua saúde e bem-estar. Para alcançar este objetivo, utilizaremos todos os recursos ao nosso alcance e comprometemo-nos, ao assinar este Acordo, a enfrentar os desafios ambientais mais urgentes que as nossas cidades enfrentam e a promover uma transição ecológica justa que torne as nossas cidades mais sustentáveis e resilientes. As nossas cidades serão uma inspiração para outras em todo o mundo.

Nós, Autarcas e Dirigentes, reconhecemos que:

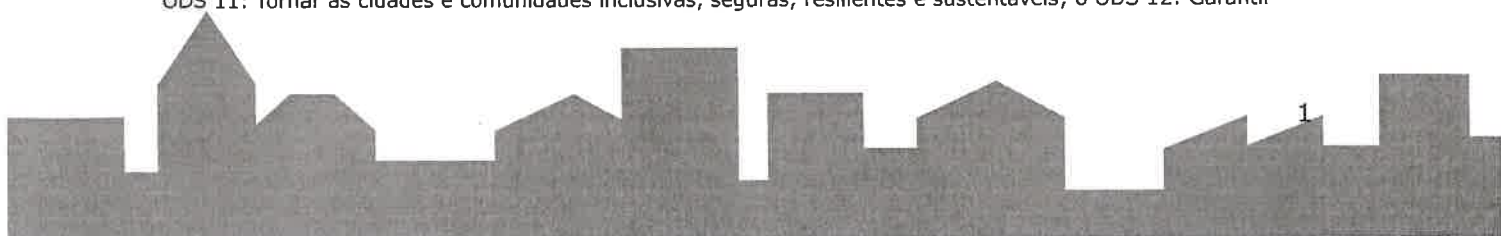
As nossas cidades são a chave para o desenvolvimento sustentável. Hoje, as áreas urbanas albergam mais de 70% da população da União Europeia. Ao longo da história, as cidades têm estado no centro do desenvolvimento humano, servindo os cidadãos para alcançarem a prosperidade num ambiente limpo e saudável.

Embora os nossos esforços conjuntos tenham contribuído para a melhoria do ambiente e para a elevação dos padrões em toda a União Europeia, ainda persistem muitos problemas. A poluição atmosférica continua a ser a principal causa ambiental de morte prematura e de doença. Ainda não se atingiu o bom estado ecológico e as massas de água da Europa ainda enfrentam pressões significativas. A biodiversidade e os ecossistemas continuam a deteriorar-se. O ruído ambiental é uma preocupação crescente e as práticas ineficientes de gestão de resíduos resultam na perda de quantidades significativas de recursos valiosos, dificultando a transição para uma economia mais circular.

Um ambiente limpo e saudável melhora a nossa qualidade de vida e desempenha um papel importante na garantia do nosso bem-estar físico e mental. A pandemia da COVID-19 destacou ainda mais a importância da proteção do ambiente no aumento da nossa resiliência. Enquanto a má qualidade do ar compromete a nossa saúde e torna-nos mais vulneráveis, o acesso a parques, florestas e outros espaços verdes traz benefícios ao nosso bem-estar geral. Conservar e restaurar a natureza são ferramentas poderosas na luta contra as alterações climáticas.

Com a adoção do Pacto Ecológico Europeu em dezembro de 2019, a UE avança para uma maior sustentabilidade. As nossas cidades irão desempenhar um papel importante na implementação do Pacto, transformando as suas ambições em realidade. Com este esforço adicional, avançaremos também para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹.

¹ Em particular, o ODS 3: Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; o ODS 6: Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos; o ODS 11: Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis; o ODS 12: Garantir



Nós, Presidentes de Câmara e Líderes, comprometemo-nos, por isso, a salvaguardar a saúde e o bem-estar públicos, tomando medidas ambiciosas a nível local, em estreita colaboração com os cidadãos, a sociedade civil, as autoridades locais (incluindo outras autarquias), as autoridades nacionais, as instituições da UE, o sector privado e as instituições académicas, com vista a alcançar os seguintes objetivos até 2030:



Uma melhoria significativa da **qualidade do ar** nas nossas cidades, aproximando-nos do cumprimento das Diretrizes de Qualidade do Ar da Organização Mundial de Saúde e, ao mesmo tempo, eliminando o mais rapidamente possível as violações dos padrões de qualidade do ar da UE.



Progressos importantes na melhoria da **qualidade das massas de água** e na **eficiência do uso da água**.



Progressos consideráveis na conservação e no incremento da **biodiversidade** urbana, inclusive através do aumento da extensão e da qualidade das áreas verdes nas cidades, bem como pelo restauro e contenção da perda dos ecossistemas urbanos.



Avançar para a **economia circular**, assegurando uma melhoria significativa na gestão dos resíduos sólidos urbanos, uma redução importante na geração de resíduos e no seu envio para aterros sanitários, e um aumento substancial na reutilização, reparação e reciclagem.



Redução significativa do **ruído**, aproximando-nos dos níveis recomendados pela Organização Mundial de Saúde.

Abordaremos todas as cinco áreas, dando prioridade àquelas que representam os desafios mais significativos para a nossa cidade.

Em cada uma destas cinco áreas, nós, Autarcas e Dirigentes, comprometemo-nos a:

- Estabelecer níveis de referência e definir metas ambiciosas para um prazo de dois anos, indo além dos requisitos mínimos estabelecidos pela legislação da UE.²
- Implementar políticas e programas de forma integrada para atingir os nossos objetivos até 2030.
- Reportar regularmente sobre a implementação e o progresso.

Para que tal aconteça, estamos prontos para exercer uma liderança política forte, com o objetivo de mobilizar os serviços municipais, envolver os cidadãos e os agentes locais interessados, desenvolver a capacidade e as competências necessárias, priorizar os nossos

padrões de consumo e de produção sustentáveis; e o ODS 15: Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade.

² A definição de metas que vão além dos requisitos mínimos estabelecidos pela legislação da UE aplica-se a todas as áreas, exceto à qualidade da água, onde a nossa meta será cumprir os requisitos estabelecidos pela legislação da UE em matéria de água, incluindo a Diretiva-Quadro da Água, a Diretiva da Água Potável, a Diretiva das Águas Balneares e a Diretiva do Tratamento de Águas Residuais Urbanas.

4

recursos, promover produtos e serviços sustentáveis através das nossas práticas de compras públicas e fazer cumprir os regulamentos necessários.

Para reforçar o nosso compromisso, nós, Presidentes da Câmara e Líderes, encorajamos os nossos governos nacionais, bem como as instituições da UE, a:

- Tomar medidas em relação às fontes de poluição e outras causas de degradação ambiental que estão fora das nossas fronteiras ou fora do nosso controlo.
- Mobilise and allocate adequate technical and financial resources and set the appropriate policy frameworks to support the implementation of our commitment
- Mobilizar e alocar os recursos técnicos e financeiros adequados e definir os quadros políticos apropriados para apoiar a implementação do nosso compromisso.
- Promover a inovação local para acelerar o desenvolvimento e a adoção de tecnologias e soluções que ajudem as nossas cidades a tornarem-se mais verdes e saudáveis.

O nosso compromisso em cada uma das cinco áreas está descrito nas secções separadas que fazem parte deste documento.

Nome do presidente da câmara ou representante equivalente:

.....

Posição:

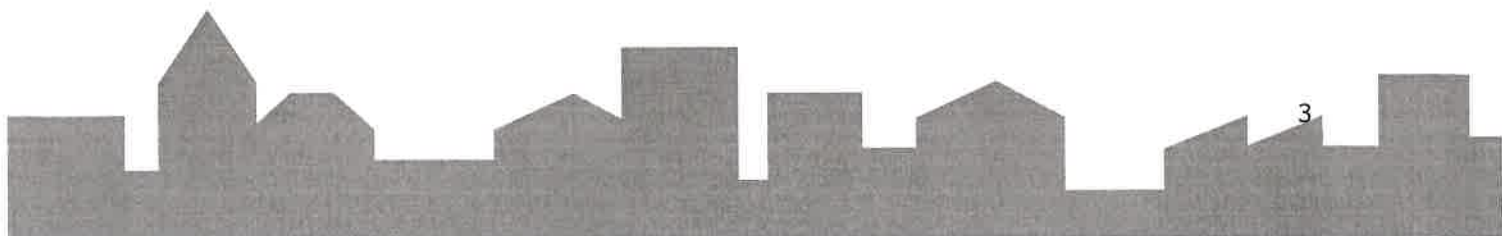
Data:

Assinatura:

Determinado por (nome da Câmara Municipal ou órgão de decisão equivalente):

..... em (data):

Uma iniciativa da:



O nosso compromisso com o aumento da qualidade do ar

A poluição atmosférica é o principal risco ambiental para a saúde na Europa, sendo o problema mais predominante nas cidades.

Embora a qualidade do ar tenha melhorado nas últimas décadas, como resultado direto de políticas de qualidade do ar mais robustas a vários níveis de governação, as concentrações de poluentes atmosféricos em muitas cidades e regiões ainda excedem os padrões da UE e os níveis recomendados pela Organização Mundial de Saúde. A exposição a elevados níveis de poluição atmosférica, especialmente a partículas finas (PM_{2,5}), dióxido de azoto (NO₂) e ozono (O₃), leva a cerca de 400 000 mortes prematuras por ano na UE. A poluição atmosférica provoca também a acidificação e a eutrofização, com impactos negativos na natureza e na biodiversidade da Europa.

A União Europeia desenvolveu políticas e legislação para melhorar a qualidade do ar. As Diretivas sobre a Qualidade do Ar Ambiente, por exemplo, estabelecem normas de qualidade do ar e requisitos de monitorização em toda a UE.

As melhorias na qualidade do ar dependem de ações eficazes focadas nas principais fontes de poluição atmosférica – os transportes, a energia (incluindo o aquecimento doméstico) e os setores agrícola e industrial. As sinergias com as políticas climáticas, energéticas e de transportes exigem também ações coerentes a nível nacional, regional e local.

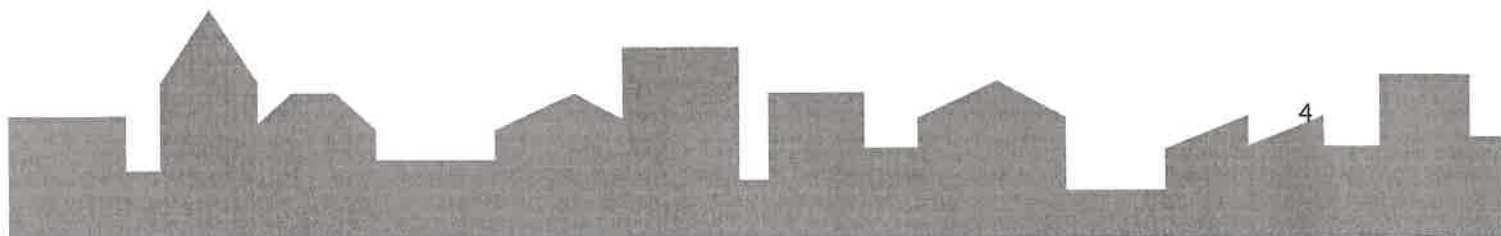
As cidades desempenham um papel importante na melhoria da qualidade do ar, visando as fontes mais predominantes num ambiente urbano. Ao aumentarem o seu nível de compromisso e ao tomarem medidas adicionais, as nossas cidades podem dar um contributo significativo para alcançar a ambição mais ampla da UE de zero poluição do ar, proporcionando melhorias notáveis na qualidade do ar urbano em toda a UE até 2030 e atendendo aos padrões de qualidade do ar da UE o mais rapidamente possível.

Estamos empenhados num futuro onde os nossos cidadãos possam respirar ar limpo e, através deste documento, estabelecemos o nosso compromisso.

Ao assinarmos o Acordo da Cidade Verde, comprometemo-nos a alcançar uma melhoria significativa da qualidade do ar nas nossas cidades, aproximando-nos do cumprimento das Diretrizes de Qualidade do Ar da Organização Mundial de Saúde até 2030, e pondo fim, o mais rapidamente possível, às violações dos padrões de qualidade do ar da UE.

Iremos:

- Tomar medidas, implementar políticas e fazer cumprir regulamentos para alcançar reduções ambiciosas nos poluentes atmosféricos provenientes de fontes que estão sob o nosso controlo.
- Integrar os impactos e benefícios colaterais na qualidade do ar ao desenvolvimento de outras políticas e planos relevantes, em particular, os Planos de Ação para Energia Sustentável e Clima (PAESCs) no âmbito do Pacto de Autarcas para o Clima e a Energia – especialmente



em ações de mitigação relacionadas com transportes ou energia, os Planos de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUSs), a implantação de energias renováveis e os processos de ordenamento do território.

Consideraremos as seguintes ações e medidas:

- Criar zonas de baixas ou zero emissões, implementar restrições aos veículos ou incentivos financeiros (como a cobrança de portagens urbanas ou de estacionamento) e apoiar a utilização da bicicleta e de veículos elétricos.
- Tornar o transporte público mais atrativo, acessível e limpo.
- Combater a poluição do ar proveniente do consumo de energia, promovendo edifícios energeticamente eficientes com sistemas de aquecimento e arrefecimento limpos e instalações de energia renovável.
- Monitorizar regularmente a qualidade do ar em toda a cidade e disponibilizar os dados ao público de forma atempada e acessível.
- Trabalhar com instituições relevantes para garantir inventários, modelos e análises de emissões de elevada qualidade.
- Colaborar com instituições relevantes para mais investigação sobre os impactos da poluição do ar na saúde local, os benefícios locais das melhorias na qualidade do ar e as implicações económicas locais.
- Aumentar a sensibilização para a poluição do ar para ajudar os cidadãos a reduzir a sua exposição.

O nosso compromisso com o aumento da qualidade da água e a eficiência do uso da água

Em toda a UE, os rios, lagos e águas costeiras continuam sob forte pressão, e a maioria das massas de água ainda não consegue atingir um bom estado ecológico e químico. Preservar a qualidade e a disponibilidade das águas subterrâneas, que representam cerca de 50% da nossa água potável, será fundamental. O acesso a água potável e acessível para consumo e saneamento é uma condição essencial para a saúde e bem-estar humanos.

A UE dispõe de um conjunto abrangente de legislação sobre a água para controlar as principais fontes de poluição e garantir a gestão integrada dos recursos hídricos, mas a implementação e a fiscalização necessitam de ser reforçadas. São necessários mais esforços para melhorar a implementação e proteger e melhorar a qualidade dos recursos hídricos da Europa.

Garantir água limpa e segura para uma população urbana em crescimento continua a ser um desafio constante. Embora tenham sido registados progressos significativos na recolha e tratamento de águas residuais urbanas, novas pressões, como as alterações climáticas, a escassez de água e a modernização das instalações para lidar com outros poluentes, exigem soluções contínuas e sustentáveis.

A ambição de “poluição zero” do Pacto Ecológico Europeu reconhece a necessidade de mais ações para prevenir a poluição da água urbana (incluindo o escoamento urbano) e sublinha a importância de restringir os poluentes nocivos, como os microplásticos e os produtos químicos, incluindo os produtos farmacêuticos. A reutilização de águas residuais tratadas tem sido enfatizada na política da UE sobre a eficiência dos recursos e, mais recentemente, no contexto do trabalho para alcançar uma economia circular. As áreas urbanas podem dar um contributo importante para alcançar a ambição de poluição zero da UE, bem como facilitar a reutilização e a eficiência da água.

Estamos empenhados num futuro em que os nossos cidadãos possam usufruir de água potável e, por este meio, apresentamos o nosso compromisso.

Ao assinarmos o Acordo da Cidade Verde, comprometemo-nos a melhorar o estado ecológico e químico das nossas massas de água locais, a contribuir para a proteção das fontes de água que abastecem o nosso consumo humano e a aumentar a eficiência do uso da água nas nossas cidades até 2030.

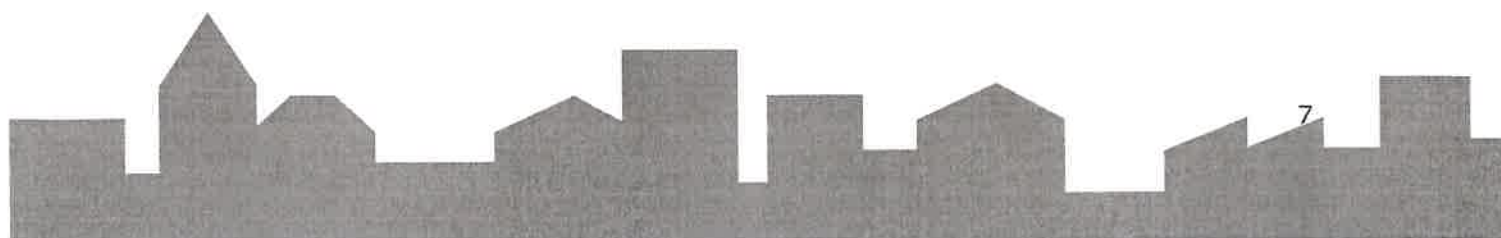
Iremos:

- Take action, implement policies and enforce regulations to improve the quality of water and the efficiency of water use in our cities
- Integrate water actions in other relevant policies and plans.

4

Consideraremos as seguintes ações e medidas:

- Agir, implementar políticas e fazer cumprir regulamentos para melhorar a qualidade da água e a eficiência da sua utilização nas nossas cidades.
- Integrar as ações relacionadas com a água noutras políticas e planos relevantes.
- Identificar a água como um fator determinante no planeamento urbano ambiental sustentável, p.e. ao impulsionar a infraestrutura verde para a mitigação do escoamento urbano
- Reter a água da chuva e gerir e controlar os transbordamentos de águas pluviais, incluindo a utilização de medidas de retenção natural
- Abordar os contaminantes emergentes (micropoluentes, produtos farmacêuticos e microplásticos), utilizando medidas direcionadas e abordagens inovadoras, incluindo tecnologias de tratamento modernas e soluções baseadas na natureza, sempre que possível
- Apoiar a economia circular, reduzindo a poluição na origem, através da demonstração técnica de redes de esgotos e estações de tratamento de esgotos com balanço energético neutro, reduzindo as fugas ao longo das redes e reutilizando as águas residuais tratadas.
- Restaurar o funcionamento dos ecossistemas aquáticos para alcançar um bom estado ecológico das massas de água.
- Melhorar a monitorização para atingir uma melhor relação entre a qualidade das massas de água e o processo de tratamento
- Contribuir para a coordenação eficaz da política de gestão dos recursos hídricos em toda a região, no que diz respeito ao abastecimento de água da cidade e à redução da pressão sobre os recursos hídricos
- Sensibilizar e utilizar a ciência cidadã para garantir que os cidadãos compreendem a importância da água para a saúde e o bem-estar humanos e o seu papel na economia circular, e estão conscientes dos custos e esforços necessários para garantir a sua segurança.



O nosso compromisso com a conservação e aumento da biodiversidade urbana

Apesar dos progressos das últimas décadas, a proteção dos habitats e das espécies tem sido inadequada, o restauro tem sido de pequena escala e a implementação da legislação tem sido insuficiente. Como resultado, a biodiversidade e os ecossistemas europeus continuam a deteriorar-se. As espécies exóticas invasoras representam uma ameaça crescente para a biodiversidade nativa. Além disso, a expansão urbana está a aumentar na UE, afetando as funções ambientais desempenhadas pelo solo e pelas paisagens e reduzindo a disponibilidade de espaços verdes.

Com o aumento das populações urbanas, o restauro, a preservação e a melhoria da biodiversidade tornam-se cada vez mais importantes para a nossa saúde e bem-estar. Nas cidades, a natureza proporciona oportunidades para a agricultura urbana sustentável, o lazer, o exercício físico e o convívio. As soluções baseadas na natureza são um meio eficaz de enfrentar os desafios urbanos, desde a redução da poluição sonora e atmosférica, à purificação da água, ao abrigo e ao arrefecimento, à absorção de carbono e à mitigação dos riscos de cheias. O potencial dos espaços urbanos e periurbanos para contribuir para a mitigação das alterações climáticas, incluindo através da plantação de árvores e da restauração de ecossistemas, merece um reconhecimento mais alargado.

A UE já tem em vigor um conjunto abrangente de políticas ambientais. As Diretivas Aves e Habitats são os principais instrumentos legislativos da UE que regem a proteção da biodiversidade e da natureza, e a base da Rede Natura 2000 – a maior rede de áreas protegidas do mundo. Em maio de 2020, foram dados mais passos com a adoção de uma nova Estratégia da UE para a Biodiversidade para 2030. A estratégia propõe ações ambiciosas para colocar a biodiversidade no caminho da recuperação e apela às cidades da UE com populações acima dos 20.000 habitantes para que desenvolvam Planos de Arborização Urbana que criem áreas verdes urbanas biodiversas e acessíveis e limitem as práticas prejudiciais.

Estamos empenhados num futuro em que os nossos cidadãos usufruam de espaços verdes urbanos e, por este meio, apresentamos o nosso compromisso

Ao assinarmos o Acordo das Cidades Verdes, comprometemo-nos a alcançar progressos consideráveis na conservação e melhoria da biodiversidade urbana, através do aumento da extensão e da qualidade das áreas verdes nas cidades e através do restauro e interrupção da perda dos ecossistemas urbanos até 2030.

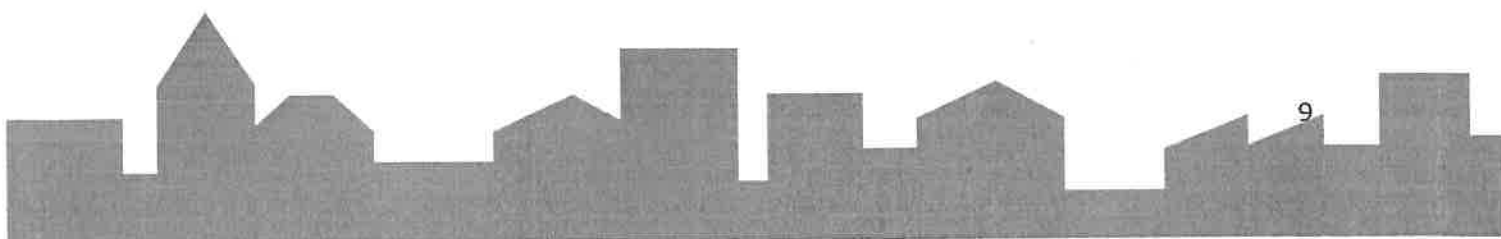
Iremos:

- Agir, implementar políticas e fazer cumprir regulamentos para proteger, restaurar e valorizar a natureza nas nossas cidades.
- Trabalhar com as partes interessadas relevantes para integrar a biodiversidade e as soluções baseadas na natureza noutros setores.

4

Consideraremos as seguintes ações e medidas:

- Aumentar a extensão e/ou a qualidade da infraestrutura verde nas nossas cidades para proporcionar uma série de benefícios aos cidadãos e à biodiversidade e para voltar a ligar as áreas verdes urbanas e periurbanas.
- Expandir a utilização de soluções baseadas na natureza para aumentar a resiliência às alterações climáticas e para enfrentar problemas urbanos como as ondas de calor, as inundações, a poluição do ar e da água e o ruído.
- Assegurar que os novos projetos de infraestruturas urbanas têm uma contribuição positiva para a biodiversidade.
- Prevenir a impermeabilização do solo sempre que possível e estabelecer regras rigorosas para compensar os impactos ambientais negativos nos casos em que a impermeabilização do solo seja inevitável.
- Identificar e remediar locais com solo contaminado.
- Eliminar o uso de pesticidas e limitar as práticas de gestão prejudiciais à biodiversidade em áreas verdes urbanas.
- Prevenir a introdução e a disseminação de espécies exóticas invasoras em áreas urbanas.
- Apoiar comunidades ricas em espécies de polinizadores selvagens em áreas urbanas.
- Aumentar a consciencialização sobre os benefícios da natureza e incentivar os cidadãos a agir.
- Identificar áreas dentro e em redor das nossas cidades com potencial para a restauração de ecossistemas. e/ou plantação de árvores para contribuir para as metas de mitigação das alterações climáticas e de restauração da biodiversidade em toda a UE.
- Contribuir para a proteção e gestão eficazes dos sítios urbanos da Rede Natura 2000 e de outras áreas protegidas em benefício da natureza e dos nossos cidadãos.



O nosso compromisso com a promoção da Economia Circular, a redução dos resíduos e o aumento da reciclagem

A gestão de resíduos continua a ser um desafio significativo em toda a UE. A expansão urbana resultou no aumento dos padrões de produção e consumo e no aumento de resíduos sólidos urbanos. Em 2018, das 251 milhões de toneladas de resíduos urbanos gerados, apenas 47% foram reciclados ou encaminhados para compostagem. Uma quantidade significativa de resíduos urbanos é ainda enviada para aterros sanitários ou para incineração. A falta de reutilização de produtos e de reciclagem de materiais leva ao aumento da extração e do processamento de recursos.

A UE implementou um quadro legislativo (e financiamento) para apoiar os esforços dos Estados-Membros e das cidades para melhorar a gestão de resíduos. Num passo adicional para reforçar a gestão de resíduos, as leis da UE foram revistas em 2018 para aumentar o seu nível de ambição, em particular no que diz respeito à prevenção e reciclagem de resíduos. Paralelamente, foi adotada uma visão abrangente para a economia circular – o novo Plano de Ação para a Economia Circular – com vista a reduzir a pegada de consumo da UE e a duplicar a taxa de utilização de materiais circulares da UE na próxima década, impulsionando simultaneamente o crescimento económico e criando oportunidades de emprego. Além disso, inclui o objetivo fundamental de reduzir para metade a quantidade de resíduos sólidos urbanos não reciclados até 2030, implementando iniciativas ao longo do ciclo de vida dos produtos, desde a conceção e fabrico até ao consumo, reparação, reutilização, reciclagem e reinserção de recursos na economia.

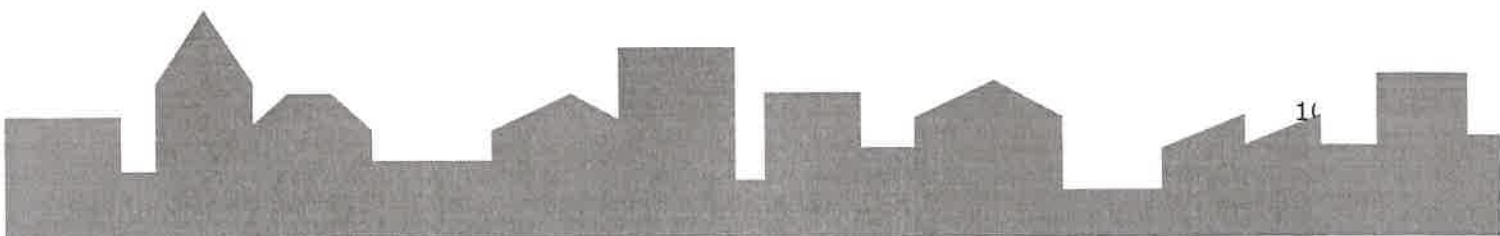
As cidades são atores importantes na implementação da legislação sobre resíduos e na implementação e incentivo a soluções inovadoras que tornam a economia circular uma realidade. A ação local dará também um importante contributo para a implementação da Iniciativa Cidades e Regiões Circulares (ICRC), que promove soluções circulares a nível local e regional.

Estamos empenhados num futuro em que os resíduos sejam reduzidos ou transformados num novo recurso e, através deste documento, apresentamos o nosso compromisso.

Ao assinarmos o Acordo da Cidade Verde, comprometemo-nos a avançar para a economia circular, assegurando uma melhoria significativa na gestão dos resíduos sólidos urbanos, uma redução importante na geração de resíduos e no seu envio para aterros sanitários, e um aumento substancial na reutilização, reparação e reciclagem até 2030.

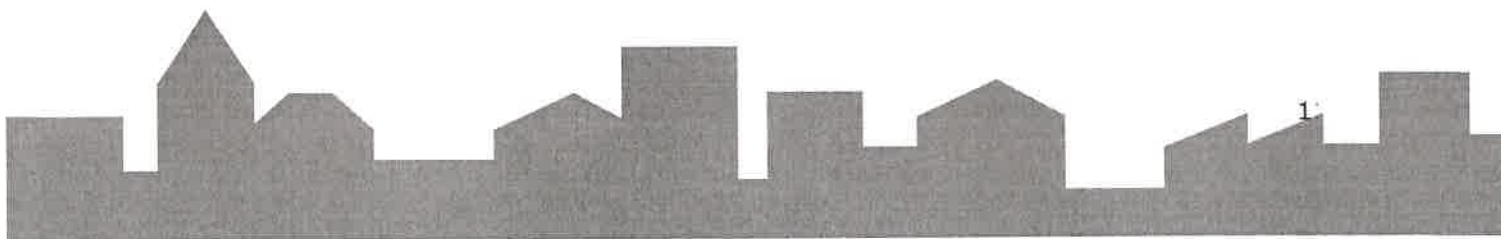
Iremos:

- Implementar políticas e ações ao longo do ciclo de vida dos produtos para tornar as nossas cidades mais circulares, aplicando a legislação necessária sobre resíduos, reduzindo a geração de resíduos e promovendo o consumo sustentável.



Consideraremos as seguintes ações e medidas:

- Melhorar e expandir os sistemas de recolha seletiva, em particular para papel e cartão, vidro, metais, plásticos, resíduos orgânicos, resíduos domésticos perigosos e têxteis.
- Utilizar instrumentos económicos na aplicação do princípio do poluidor-pagador, em particular os sistemas de pagamento por eliminação.
- Reduzir a incineração de resíduos.
- Adotar medidas eficazes para reduzir o consumo de plástico descartável e eliminar os resíduos plásticos.
- Incentivar a reutilização, por exemplo, através de atividades de reparação, especialmente de mobiliário, vestuário e dispositivos elétricos e eletrónicos ou em eventos públicos sem desperdício.
- Aumentar a adesão às Compras Públicas Verdes e aos registos EMAS (Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria). dotar medidas eficazes para reduzir o consumo de plástico descartável e eliminar os resíduos plásticos.
- Aumentar a sensibilização do público/incentivar padrões de consumo mais sustentáveis e a adoção de rótulos, incluindo o Rótulo Ecológico da EU. vestuário e dispositivos elétricos e eletrónicos ou em eventos públicos sem desperdício.
- Implementar e demonstrar soluções inovadoras de economia circular a nível municipal.
- Apoiar a implementação de soluções circulares ao longo de todo o ciclo de vida dos produtos em setores como as cadeias de valor de base biológica, alimentar, energia, edifícios e planeamento urbano.
- Reduzir o desperdício alimentar, incluindo a definição de metas quantitativas de redução
- Promover e apoiar iniciativas e parcerias multissetoriais.



O nosso compromisso com a redução da poluição sonora

A poluição sonora é uma importante causa de problemas de saúde. A exposição prolongada a níveis elevados de ruído leva a distúrbios do sono, doenças cardiovasculares, stress e problemas cognitivos. A exposição crónica tem impactos significativos na saúde física e mental e no bem-estar.

As fontes mais disseminadas de ruído ambiental estão relacionadas com os transportes. O ruído do tráfego rodoviário é um grande problema ambiental. Pelo menos 20% da população da UE vive em áreas onde os níveis de ruído no tráfego são prejudiciais para a saúde. O crescimento urbano e a expansão das redes de transportes levarão a um aumento ainda maior da poluição sonora.

A Diretiva da UE sobre o Ruído Ambiental é a principal estrutura legislativa para alcançar a redução do ruído. A Diretiva oferece uma abordagem comum para evitar e prevenir a exposição ao ruído ambiental através de relatórios (mapeamento do ruído e planos de ação), reduzindo assim os seus efeitos nocivos e preservando as zonas tranquilas. Paralelamente, uma série de medidas legislativas específicas abordam ou controlam o ruído na fonte, impondo limites de ruído a determinados veículos ou equipamentos.

Apesar de alguns progressos, a poluição sonora continua a aumentar, prejudicando a vida de muitos cidadãos nas zonas urbanas. Em 2018, a Organização Mundial de Saúde publicou orientações sobre o ruído ambiental para a região europeia, que definem os níveis de exposição ao ruído que não devem ser ultrapassados para minimizar os efeitos adversos para a saúde.

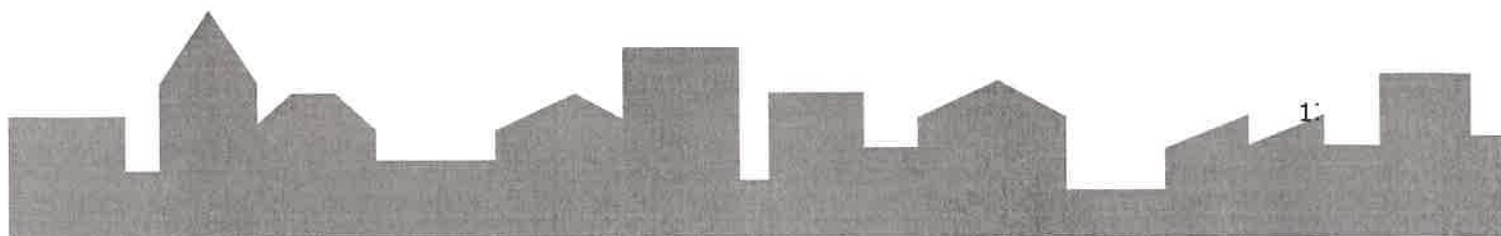
São necessárias mais ações em toda a UE para garantir uma melhor implementação da Diretiva da UE sobre o Ruído Ambiental. As cidades têm um papel fundamental na gestão do ruído.

Estamos empenhados num futuro em que a saúde dos cidadãos não seja posta em causa pelo ruído ambiental e, através deste documento, apresentamos o nosso compromisso.

Ao assinarmos o Acordo Cidade Verde, comprometemo-nos a alcançar uma redução significativa da poluição sonora nas nossas cidades até 2030, aproximando-nos dos níveis recomendados pela Organização Mundial de Saúde.

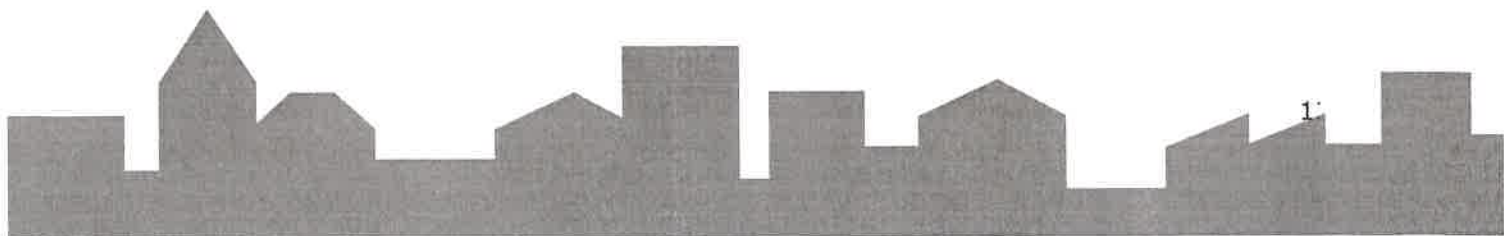
Iremos:

- Adotar medidas, implementar políticas e fazer cumprir regulamentos para alcançar reduções ambiciosas e mitigar a poluição sonora.
- Integrar os impactos e os benefícios da redução do ruído no desenvolvimento de outras políticas e planos relevantes, nomeadamente, os Planos de Ação para a Energia Sustentável e o Clima (PAESCs) no âmbito do Pacto de Autarcas para o Clima e a Energia, os transportes (nomeadamente, os Planos de Mobilidade Urbana Sustentável) e os processos de ordenamento do território.



Consideraremos as seguintes ações e medidas:

- Identificar e proteger as áreas silenciosas existentes contra o aumento dos níveis de ruído.
- Implementar planos de entrega de mercadorias silenciosa.
- Criar zonas livres de automóveis, implementar restrições aos veículos ou incentivos financeiros (por exemplo, em relação ao tamanho e desempenho dos pneus) e apoiar a marcha, o ciclismo e assim por diante.
- Elaborar ou atualizar mapas de ruído e planos de ação, conforme exigido pela Diretiva Ruído Ambiental, e garantir a implementação adequada dos planos
- Gerir os fluxos de tráfego, reduzir os limites de velocidade e utilizar pavimentos de baixo ruído para reduzir o ruído dos pneus e da estrada.
- Implementar medidas de planeamento urbano e alterações nas infraestruturas para reduzir o ruído na fonte.
- Introduzir barreiras acústicas e soluções de isolamento de edifícios, se necessário.
- Envolver o público e aumentar a consciencialização sobre a poluição sonora para ajudar os cidadãos a reduzir a sua exposição.



Green City Accord

Clean and Healthy Cities for Europe

We, the Mayors and Leaders of Local Governments signing the Green City Accord, share a vision of an urban future where, by 2030, our citizens breathe clean air, enjoy clean water, have access to parks and green spaces, and experience less environmental noise. Our vision also sees the circular economy becoming a reality, with waste turned into a resource and recycling becoming the norm.

We want our people to see their city as an attractive place to live, work and invest in. A place that supports their health and well-being. To achieve this vision, we will use all the powers at our disposal and commit, by signing this Accord, to tackling the most urgent environmental challenges facing our cities, and to fostering a just ecological transition that will make our cities more sustainable and resilient. Our cities will be an inspiration to others around the world.

We, Mayors and Leaders, acknowledge that:

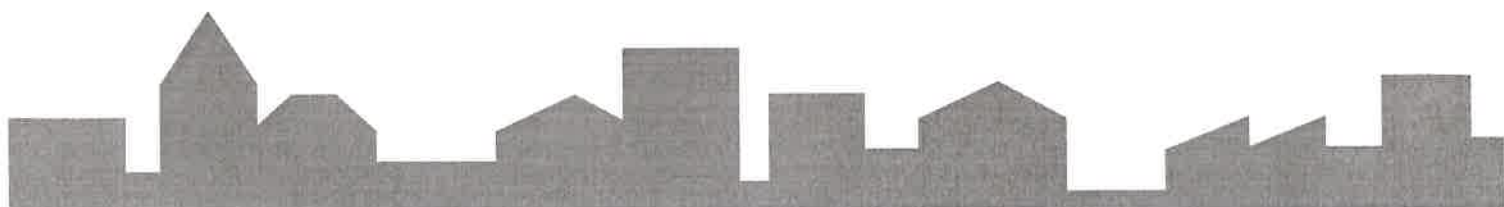
Our cities hold the key to sustainable development. Today, urban areas are home to over 70 per cent of the European Union's population. Throughout history, cities have been at the heart of human development, serving citizens who deserve prosperity in a clean, healthy environment.

While our joint efforts have helped improve the environment and raised standards across the European Union, many problems remain. Air pollution continues to be the main environmental cause of premature death and disease. Good water status has not been achieved and Europe's water bodies still face significant pressures. Biodiversity and ecosystems continue to deteriorate. Environmental noise is a growing concern, and inefficient waste management practices mean that significant quantities of valuable resources are lost, hindering the transition to a more circular economy.

A clean and healthy environment improves our quality of life, and plays an important role in ensuring our physical and mental well-being. The COVID-19 pandemic has further highlighted the importance of safeguarding the environment to boost our resilience. While poor air quality compromises our health and makes us more vulnerable to health threats, access to parks, forests and other green spaces benefits our overall well-being. Conserving and restoring nature are powerful tools in the fight against climate change.

With the European Green Deal adopted in December 2019, the EU is advancing towards greater sustainability. Our cities will play an important role in the implementation of the Deal, turning its ambitions into a reality on the ground. With this additional effort, we will also advance towards meeting the Sustainable Development Goals (SDGs)¹.

¹ In particular, SDG 3: Ensure healthy lives and promote well-being for all at all ages; SDG 6: Ensure availability and sustainable management of water and sanitation for all; SDG 11: Make cities and human settlements inclusive, safe, resilient and sustainable; SDG 12: Ensure sustainable consumption and production patterns; and SDG 15: Protect, restore and promote sustainable use of terrestrial ecosystems, sustainably manage forests, combat desertification, and halt and reverse land degradation and halt biodiversity loss.



We, Mayors and Leaders, therefore, commit to safeguarding public health and well-being by taking ambitious action at local level, in close collaboration with citizens, civil society, sub-national authorities (including other local governments), national authorities, EU institutions, the private sector and academic institutions, with a view to achieving the following goals by 2030:



A significant improvement in **air quality** in our cities, moving us closer to respecting the World Health Organization's Air Quality Guidelines, while ending exceedances of EU air quality standards as soon as possible.



Important progress in improving the **quality of water bodies** and the **efficiency of water use**.



Considerable progress in conserving and enhancing urban **biodiversity**, including through an increase in the extent and quality of green areas in cities, and by halting the loss of and restoring urban ecosystems.



Advance towards the **circular economy** by securing a significant improvement in the management of household municipal waste, an important reduction in waste generation and landfilling, and a substantial increase in re-use, repair and recycling.



Significant reduction in **noise** pollution, moving us closer to the levels recommended by the World Health Organization.

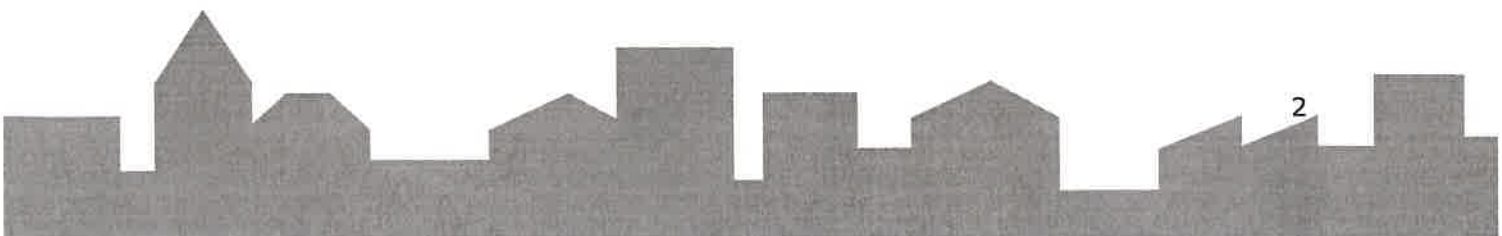
We will address all five areas, while prioritising the areas that present the most significant challenges for our city.

In each of these five areas, we, Mayors and Leaders, undertake to:

- Establish baseline levels and set ambitious targets within two years, going beyond the minimum requirements set by EU legislation²
- Implement policies and programmes, in an integrated manner, to achieve our targets by 2030
- Report regularly on implementation and progress.

To make this happen, we are ready to exercise strong political leadership to mobilise the relevant municipal departments, engage citizens and local stakeholders, build the necessary capacity and skills, prioritise our resources, promote sustainable products and services through our public procurement practices and enforce the necessary regulations.

² Setting targets that go beyond the minimum requirements set by EU legislation applies to all areas except water quality, where our target will be to meet the requirements set by the EU's water legislation, including the Water Framework Directive, Drinking Water Directive, Bathing Water Directive, and Urban Waste Water Treatment Directive.



To support our commitment, we, Mayors and Leaders, encourage our sub-national and national governments and EU institutions to:

- Take action on sources of pollution and other causes of environmental degradation that are outside our boundaries or beyond our control
- Mobilise and allocate adequate technical and financial resources and set the appropriate policy frameworks to support the implementation of our commitment
- Work with cities to integrate urban environmental challenges in the development of relevant policies at all levels
- Promote local innovation to accelerate the development and adoption of technologies and solutions that help our cities become greener and healthier.

Our commitment in each of the five areas is outlined in separate sections that form part of this document.

Name of the Mayor or equivalent representative:

.....

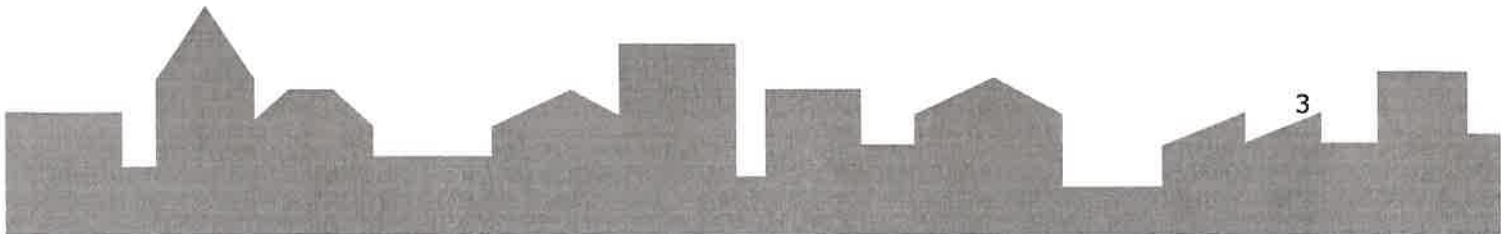
Position:

Date:

Signature:

Mandated by (name of Municipal Council or equivalent decision-making body):

..... on (date):



Our commitment to achieving clean air

Air pollution is the main environmental health risk in Europe, with the problem most prevalent in cities.

While air quality has improved in recent decades, as a direct result of more robust air quality policies at various levels of governance, concentrations of air pollutants in many cities and regions still exceed both EU standards and the levels recommended by the World Health Organization. Exposure to high levels of air pollution, especially to fine particulate matter (PM_{2,5}), nitrogen dioxide (NO₂) and ozone (O₃), leads to some 400 000 premature deaths annually in the EU. Air pollution also causes acidification and eutrophication, with negative impacts on Europe's nature and biodiversity.

The European Union has developed policies and legislation to improve air quality. The Ambient Air Quality Directives, for example, set air quality standards and monitoring requirements across the EU.

Improvements in air quality depend on effective action to address the major sources of air pollution – transport, energy (including domestic heating), and the agricultural and industrial sectors. Synergies with climate, energy and transport policies also require coherent action at national, regional and local levels.

Cities play an important role in improving air quality, targeting the sources most prevalent in an urban setting. By stepping up their level of commitment and taking further action, our cities can make a significant contribution towards achieving the EU's wider zero pollution ambition for air, delivering notable improvements in urban air quality across the EU by 2030 and meeting EU air quality standards as soon as possible.

We are committed to a future where our citizens can breathe clean air and hereby set out our commitment.

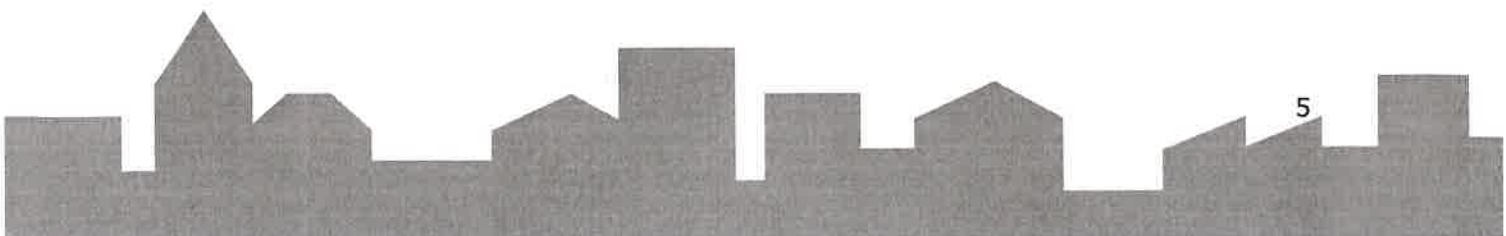
In signing the Green City Accord, we pledge to achieve a significant improvement in air quality in our cities, moving us closer to respecting the World Health Organization's Air Quality Guidelines by 2030, while ending exceedances of EU air quality standards as soon as possible.

We will:

- Take action, implement policies and enforce regulations to achieve ambitious reductions in air pollutants from sources within our control
- Integrate air quality impacts and co-benefits into the development of other relevant policies and plans, in particular, Sustainable Energy and Climate Action Plans (SECAPs) under the Covenant of Mayors for Climate and Energy – especially in transport or energy-related mitigation actions, Sustainable Urban Mobility Plans (SUMPs), the deployment of renewable energy, and spatial planning processes.

We will consider the following actions and measures:

- Creating low or zero emission zones, implementing vehicle restrictions or financial incentives (such as road or parking charging) and supporting cycling and the use of electric vehicles
- Making public transport more attractive, more accessible and cleaner
- Addressing air pollution from energy consumption, by promoting energy efficient buildings with clean heating and cooling systems and renewable energy installations
- Regularly monitoring air quality across the city and making the data available to the public in a timely and accessible manner
- Working with relevant institutions to ensure high quality emissions inventories, models, and analysis
- Collaborating with relevant institutions for more research on the local health impacts of air pollution, local benefits of air quality improvements, and local economic implications
- Raising awareness of air pollution to help citizens reduce their exposure.



Our commitment to improving the quality of water and the efficiency of water use

Across the EU, rivers, lakes and coastal waters remain under significant pressure, and the majority of water bodies are still failing to achieve good ecological and chemical status. Preserving the quality and the availability of groundwater, which accounts for some 50% of our drinking water, will be important. Access to clean, affordable water for drinking and sanitary purposes is a precondition for human health and well-being.

The EU has a comprehensive body of water legislation³ in place to control the main sources of pollution and ensure integrated water management, but implementation and enforcement need to be strengthened. Further efforts are required to enhance implementation and to protect and improve the quality of Europe's water resources.

Securing clean and safe water for a growing urban population remains a constant challenge. While there has been significant progress in collecting and treating urban wastewater, new pressures such as climate change, water scarcity, and the upgrade of facilities to tackle further pollutants require continued and sustainable solutions.

The European Green Deal's 'zero pollution' ambition recognises the need for more action to prevent urban water pollution (including urban runoff) and underlines the importance of restricting harmful pollutants such as microplastics and chemicals, including pharmaceuticals. The reuse of treated wastewater has been emphasised in EU policy on resource efficiency and more recently in the context of work to achieve a circular economy. Urban areas can make an important contribution towards achieving the EU's zero pollution ambition, as well as facilitating water reuse and efficiency.

We are committed to a future where our citizens can enjoy clean water and hereby set out our commitment.

In signing the Green City Accord, we pledge to improve the ecological and chemical status of our local water bodies, to contribute to the protection of water sources that supply our drinking water, and to increase the efficiency of water use in our cities by 2030.

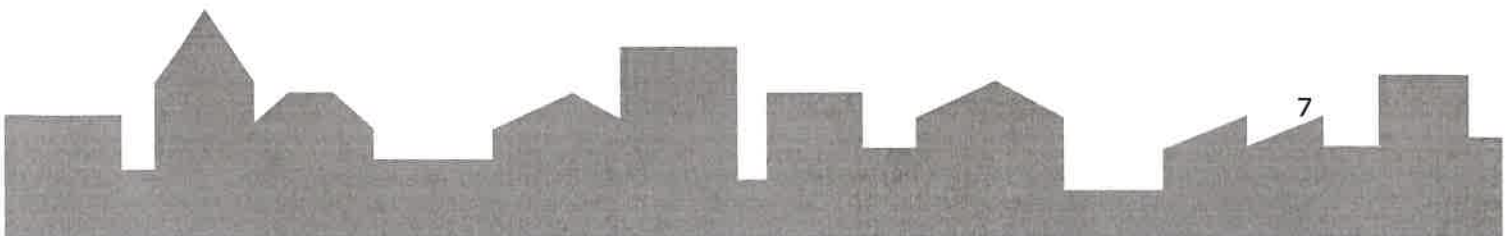
We will:

- Take action, implement policies and enforce regulations to improve the quality of water and the efficiency of water use in our cities
- Integrate water actions in other relevant policies and plans.

³ The Water Framework Directive (2000/60/EC), Drinking Water Directive (98/83/EC), Bathing Water Directive (2006/7/EC), Urban Wastewater Treatment Directive (91/271/EEC), Floods Directive (2007/60/EC), among others.

We will consider the following actions and measures:

- Identifying water as a critical determinant of sustainable environmental urban planning, e.g. by driving green infrastructure for the mediation of urban runoff
- Retaining rainwater and managing and controlling storm water overflows including utilising natural retention measures
- Addressing contaminants of emerging concern (micropollutants, pharmaceuticals, and microplastics), by using targeted measures and innovative approaches including modern treatment technologies and nature-based solutions where possible
- Supporting the circular economy by reducing pollution at source, via the technical demonstration of energy-neutral wastewater networks and wastewater treatment plants, by reducing leakage along the networks, and reusing treated wastewater
- Restoring the functioning of aquatic ecosystems to achieve good ecological status of water bodies
- Improving monitoring to establish better links between the quality of water bodies and the treatment process
- Contributing to the effective coordination of water management policy throughout the region as relevant for the city's water supply and for reducing pressures on water
- Building awareness and utilising citizen science to ensure that citizens understand the importance of water for human health and well-being and its role in the circular economy, and are aware of the costs and effort needed to ensure its safety.



Our commitment to conserving and enhancing urban biodiversity

Despite progress in recent decades, the protection of habitats and species has been inadequate, restoration has been small-scale, and the implementation of legislation has been insufficient. As a result, European biodiversity and ecosystems continue to deteriorate. Invasive alien species are a growing threat to native biodiversity. Moreover, urban sprawl is expanding in the EU, affecting the essential environment functions performed by soil and landscapes, and reducing the availability of green spaces.

As urban populations increase, the restoration, preservation and enhancement of biodiversity becomes ever more important for our health and well-being. In cities, nature provides opportunities for sustainable urban farming, recreation, physical exercise and social interaction. Nature-based solutions are an effective means of addressing urban challenges, from alleviating noise and air pollution, to purifying water, sheltering and cooling property, absorbing carbon and mitigating flood risks. The potential of urban and peri-urban spaces to contribute to climate change mitigation, including through tree planting and ecosystem restoration, deserves wider recognition.

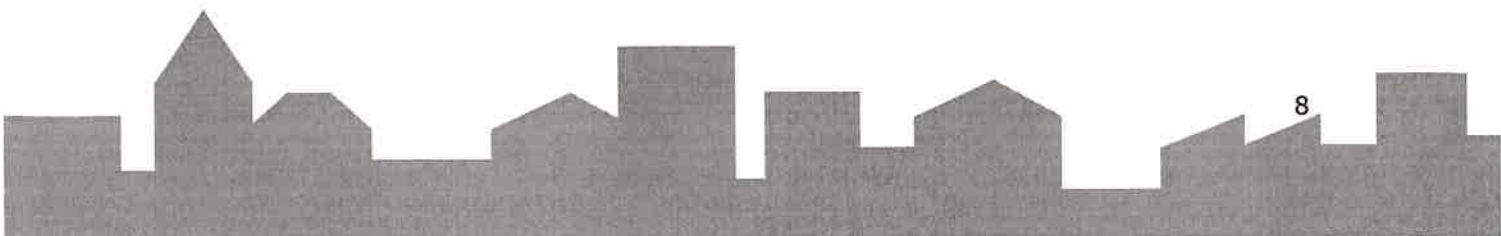
The EU has a comprehensive range of nature policies already in place. The Birds and Habitats Directives are the main EU legislative instruments governing the protection of biodiversity and nature, and the basis of Natura 2000 – the largest network of protected areas in the world. In May 2020, further steps were taken with the adoption of a new EU Biodiversity Strategy for 2030. The strategy proposes ambitious actions to put biodiversity on the path to recovery, and calls on EU cities with populations above 20,000 to develop Urban Greening Plans that create biodiverse and accessible urban green areas and limit harmful practices.

We are committed to a future where our citizens enjoy urban green spaces and hereby set out our commitment.

In signing the Green City Accord, we pledge to achieve considerable progress in conserving and enhancing urban biodiversity, including through an increase in the extent and quality of green areas in cities and by halting the loss of and restoring urban ecosystems by 2030.

We will:

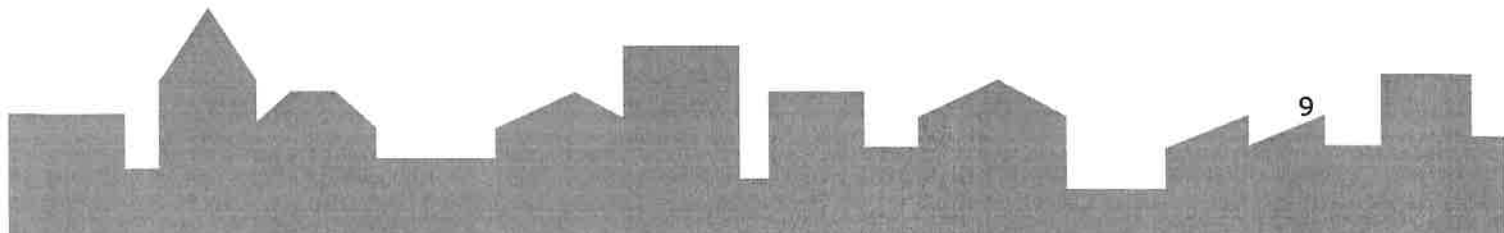
- Take action, implement policies and enforce regulations to protect, restore and enhance nature in our cities
- Work with relevant stakeholders to mainstream biodiversity and nature-based solutions in other sectors.



We will consider the following actions and measures:

- Increasing the extent and/or quality of green infrastructure in our cities to deliver a range of benefits to citizens and biodiversity and to reconnect urban and peri-urban green areas
- Expanding the use of nature-based solutions to increase resilience against climate change and to tackle urban problems such as heat waves, flooding, air and water pollution and noise
- Ensuring that new urban infrastructure projects have a net positive contribution to biodiversity
- Preventing further soil sealing wherever possible and establishing strict rules to compensate for the negative environmental impacts in cases where soil sealing is unavoidable
- Identifying and remediating contaminated soil sites
- Eliminating the use of pesticides and limiting management practices harmful to biodiversity in urban green areas
- Preventing the introduction and spread of invasive alien species in urban areas
- Supporting species-rich communities of wild pollinators in urban areas
- Raising awareness about nature's benefits and encouraging citizens to take action
- Identifying areas in and around our cities with potential for ecosystem restoration and/or tree planting to contribute to EU-wide climate change mitigation and biodiversity restoration targets
- Contributing to the effective protection and management of urban Natura 2000 sites and other protected areas for the benefit of nature and our citizens.

4



Our commitment to advancing the Circular Economy, reducing waste and boosting recycling

Waste management continues to be a significant challenge across the EU. Urban expansion has resulted in rising production and consumption patterns and an increase in municipal solid waste generation. In 2018, of the 251 million tonnes of municipal waste generated, only 47% was recycled or composted⁴. A significant amount of municipal waste is still sent to landfill or incineration. Failure to reuse products and recycle materials leads to increased resource extraction and processing.

The EU has put in place a legislative framework (and funding) to support Member States and cities' efforts to improve waste management. In a further step to strengthen waste management, EU laws were revised in 2018 to increase their level of ambition, in particular for waste prevention and recycling. In parallel, a comprehensive vision for the circular economy was adopted – the new Circular Economy Action Plan – with a view to reducing the EU's consumption footprint and doubling the EU's circular material use rate over the coming decade, while boosting economic growth and creating new employment opportunities. Moreover, it includes the key objective of halving the amount of residual (non-recycled) municipal waste by 2030 by implementing initiatives along the life cycle of products, from design and manufacturing to consumption, repair, reuse, recycling, and bringing resources back into the economy.

Cities are important players in implementing waste legislation and in deploying and encouraging innovative solutions that make the circular economy a reality. Local action will also make an important contribution to the implementation of the Circular Cities and Regions Initiative (CCRI), which promotes circular solutions at local and regional levels.

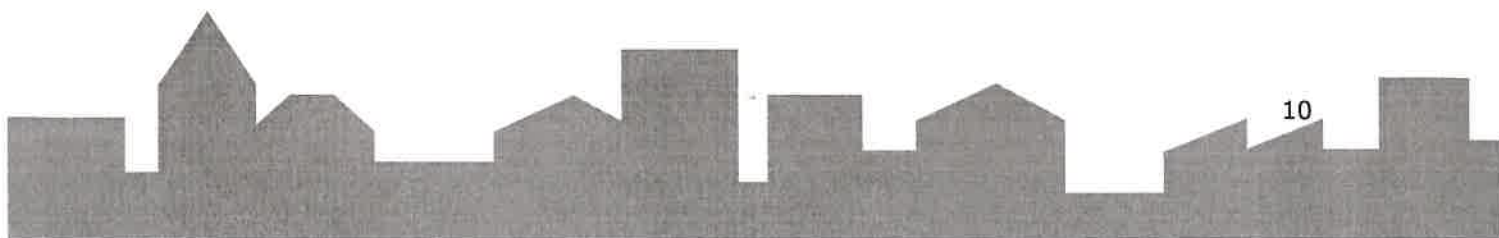
We are committed to a future where waste is reduced or turned into a new resource and hereby set out our commitment.

In signing the Green City Accord, we pledge to advance towards the circular economy by securing a significant improvement in the management of household municipal waste, an important reduction in waste generation and landfilling, and a substantial increase in re-use, repair and recycling by 2030.

We will:

- Implement policies and actions along product lifecycles to make our cities more circular, enforcing the necessary waste legislation, reducing waste generation, and promoting sustainable consumption.

⁴ EUROSTAT (2020). [Municipal waste statistics](#).



We will consider the following actions and measures:

- Improving and extending separate collection systems, in particular for paper and cardboard, glass, metals, plastics, bio-waste, hazardous household waste and textiles
- Using economic instruments in application of the polluter pays principle, in particular Pay-as-you-throw schemes
- Reducing waste incineration
- Putting effective measures in place to reduce the consumption of single-use plastic and to eliminate plastic litter
- Encouraging re-use, e.g. through repair activities, especially for furniture, clothing and electrical and electronic devices or in waste-free public events
- Increasing the uptake of Green Public Procurement and EMAS registrations
- Increasing public awareness/encouraging more sustainable consumption patterns and uptake of labels, including the EU Eco-label
- Piloting and demonstrating innovative circular economy solutions at city level
- Supporting the implementation of circular solutions along the entire lifecycle of products in sectors such as bio-based value chains, food, energy, buildings, and urban planning
- Reducing food waste, including by setting quantitative reduction targets
- Promoting and supporting initiatives and multi-stakeholder partnerships.

Our commitment to reducing noise pollution

Noise pollution is an important environmental cause of health problems. Prolonged exposure to high levels of noise leads to sleep disturbance, cardiovascular diseases, stress and cognitive impairment. Chronic exposure has significant impacts on physical and mental health and well-being.

The most widespread sources of environmental noise are transport-related. Road traffic noise is a major environmental problem. At least 20% of the EU's population live in areas where traffic noise levels are harmful to health. Urban growth and the expansion of transport networks will lead to a further increase in noise pollution.

The EU Environmental Noise Directive is the main legislative framework to achieve noise reduction. The Directive offers a common approach to avoiding and preventing exposure to environmental noise through reporting (noise mapping and action plans), thereby reducing its harmful effects and preserving quiet areas. In parallel, a number of specific legislative measures address or control noise at source by imposing noise limits on certain vehicles or equipment.

Despite some progress, noise pollution continues to increase, blighting the lives of many citizens in urban areas. In 2018, the World Health Organization released Environmental noise guidelines for the European region that define exposure levels to noise that should not be exceeded to minimise adverse health effects.

Further action is necessary across the EU to ensure better implementation of the EU Environmental Noise Directive. Cities have a critical role in managing noise.

We are committed to a future where citizens' health is not endangered by environmental noise and hereby set out our commitment.

In signing the Green City Accord, we pledge to achieve a significant reduction in noise pollution in our cities by 2030, moving us closer to levels recommended by the World Health Organization.

We will:

- Take action, implement policies and enforce regulations to achieve ambitious reductions to mitigate noise pollution.
- Integrate the noise reduction impacts and co-benefits into the development of other relevant policies and plans, in particular, Sustainable Energy and Climate Action Plans (SECAPs) under the Covenant of Mayors for Climate and Energy, transport (notably, Sustainable Urban Mobility Plans), and spatial planning processes.

We will consider the following actions and measures:

- Identifying and protecting existing quiet areas from an increase in noise levels
- Implementing quiet freight delivery plans
- Creating car-free zones, implementing vehicle restrictions or financial incentives (e.g. regarding tyre size and performance) and supporting walking, cycling and so forth
- Developing or updating noise maps and action plans, as required by the Environmental Noise Directive, and ensuring the appropriate implementation of the plans
- Managing traffic flows, reducing speed limits and using low-noise pavements to reduce tyre and road noise
- Implementing urban planning measures and changes in infrastructure to reduce noise at source
- Introducing noise barriers and building insulation solutions, if required
- Engaging the public and raising awareness of noise pollution to help citizens reduce their exposure.